

Desemprego e precarização em Regiões Metropolitanas: um olhar a partir das famílias

Ângela Borges

Nos seus estudos sobre o processo de desestruturação dos mercados de trabalho metropolitanos, provocado pela reestruturação produtiva dos anos 1990 e a sua gestão neoliberal, os pesquisadores brasileiros já mostraram como o desemprego mudou de patamar e assumiu um caráter estrutural, como o processo de precarização – traduzido na informalização dos vínculos empregatícios e também na perda de qualidade dos empregos ditos “formais” – generalizou-se e assumiu as mais variadas formas, desde o tradicional emprego sem registro em carteira até a criação e a multiplicação de formas atípicas de contratação de trabalho. Os estudos dos anos 90 revelaram também a intensidade do processo de desqualificação de segmentos inteiros de trabalhadores, particularmente na indústria de transformação, duramente atingidos pelos ajustes das empresas e jogados num processo de mobilidade descendente no mercado de trabalho.

Essas e outras mudanças vivenciadas pelos trabalhadores brasileiros também alteraram profundamente as trajetórias profissionais não apenas dos diretamente atingidos mas, também, daqueles que lograram permanecer ocupados, mas viram desaparecer as possibilidades de seguir uma carreira à moda antiga, sendo forçados a rapidamente se adaptarem a um novo modelo de vida profissional, marcado pela insegurança e pela incerteza de um ambiente altamente competitivo e, para a maioria, pela ausência de direitos e benefícios e por níveis muito baixos de remuneração.

Colocando o seu foco principalmente nos indivíduos, destacando como eles vêm sendo mais ou menos atingidos por essas transformações em função das suas características pessoais, esses estudos abordaram detalhadamente aqueles processos e as suas conseqüências das perspectivas do gênero, das gerações, da cor e do perfil de escolaridade dos trabalhadores, revelando a

complexidade dos impactos das transformações ainda em curso no mercado de trabalho brasileiro.

Várias dessas análises revelam que quase todos os segmentos de trabalhadores, recortados a partir das variáveis acima referidas foram afetados, tornando difícil – e superficial – a identificação de ganhadores e perdedores. Mas, ao mesmo tempo, diversos estudos, ao ressaltarem a heterogeneidade e a diversidade internas a cada um desses segmentos, têm aportando contribuições importantes para o conhecimento mais acurado das implicações dos processos em curso no mercado de trabalho e conseguido identificar melhor os grupos sociais que, em função das suas características pessoais e da trajetória profissional têm sido, na média, mais duramente afetado.

Paralelamente às pesquisas que tomam o indivíduo como unidade de análise, dando continuidade a um esforço iniciado já na crise do início dos anos 80 (Jatobá, 1990; Montali, 1990), outra linha de estudos tem procurado conhecer os mecanismos através dos quais esses impactos negativos da crise do mercado de trabalho se propagam dos indivíduos às suas famílias, para avaliar os efeitos socialmente mais desestruturadores das transformações em curso no mundo do trabalho.

Subjacente a essas análises está a compreensão de que tanto na relação de emprego como no mercado de trabalho o capital gerencia, simultaneamente, os trabalhadores e as suas famílias, ou seja, age ao mesmo tempo no pólo da produção e no da reprodução, cuja autonomia é apenas relativa e ainda mais limitada em momentos de crise, quando as estratégias familiares de inserção tornam-se, cada vez mais, reações defensivas e pouco eficazes frente aos constrangimentos colocados pelo mercado.

Este trabalho situa-se na linha desses estudos que vêm se debruçando sobre a relação de mútua determinação entre as estruturas familiares e o mercado de trabalho, e tem como objetivo avaliar a distribuição dos principais riscos do mercado de trabalho entre os diversos tipos de família e entre os membros dessas famílias, em função da posição que nela ocupam.

Nele, procura-se também observar em que medida as transformações recentes no mercado de trabalho estão induzindo mudanças na divisão sexual do trabalho na esfera da produção e na esfera da reprodução para, em seguida, extrair algumas conclusões a respeito das repercussões da crise do mercado de trabalho sobre as famílias e das implicações dessas mudanças para a formulação de políticas sociais.

O estudo tomou como universo seis Regiões Metropolitanas: as de Fortaleza (RMF), Salvador (RMS), Belo Horizonte (RMBH); Rio de Janeiro (RMRJ); São Paulo (RMSP) e a de Porto Alegre (RMPOA), para os anos de 1995 e 2004 e os dados utilizados foram os da PNAD.

MUDANÇAS NA ESTRUTURA FAMILIAR

Como já mostraram vários estudos, a família brasileira vem passando por mudanças profundas na sua composição e no seu tamanho, como resultado combinado de transformações sociodemográficas estruturais – a chamada transição demográfica – e de mudanças no mundo do trabalho que acompanham a atual reestruturação produtiva, mudanças que têm alterado, profundamente, as condições de reprodução da classe trabalhadora que, particularmente na ausência do Estado de Bem Estar, tem no espaço familiar o seu pilar central de segurança e de proteção.

As mudanças nas famílias assumem diversas formas, algumas delas mais relevantes na discussão da relação família *vs* mercado de trabalho: o tamanho do grupo familiar, a sua composição – tipos de família¹ –, e a proporção de membros disponíveis para o trabalho, aqui definido como o trabalho na produção, isto é, as atividades voltadas para a produção de bens e serviços para o mercado ou para o consumo coletivo, do qual os indivíduos (e as suas famílias) extraem, direta ou indiretamente, a renda indispensável ao atendimento das suas necessidades.

O tamanho médio das famílias (com agregados) reduziu-se entre 1995 e 2004, já se encontrando abaixo de quatro pessoas, nas seis Regiões Metropolitanas selecionadas e abaixo de três, na RMRJ e na RMPOA.

Famílias pequenas, com menores chances de montar estratégias defensivas quando a crise do mercado de trabalho atinge um ou mais dos seus integrantes ou em caso de incapacidade permanente ou temporária de um membro economicamente ativo.

¹ A tipologia de família aqui utilizada é a da PNAD: casal sem filhos; casal com filhos menores de 14 anos; casal com filhos de 14 anos ou mais; casal com filhos de idades variadas; mãe com filhos menores de 14 anos; mãe com filhos de 14 anos ou mais; mãe com filhos de idades variadas; outros tipos de famílias.

Tabela 1. Tamanho médio da família, com agregados, Regiões Metropolitanas selecionadas, 1995-2004

Regiões Metropolitanas	Média de componentes, com agregados	
	1995	2004
Fortaleza	3,7	3,3
Salvador	3,6	3,2
Belo Horizonte	3,6	3,2
Rio de Janeiro	3,2	2,9
São Paulo	3,4	3,2
Porto Alegre	3,1	2,9

Fonte: IBGE/PNAD

As famílias maiores são aquelas que compõem o tipo “casal com filhos em idades variadas”, com uma média de cerca de cinco componentes em todas as regiões estudadas, porém decrescente na RMRJ e RMPOA, onde esta média já se encontrava abaixo de cinco pessoas, em 2004.

Também com médias acima de quatro componentes estão as famílias formadas por “casal com filhos” e as aquelas com “mães e filhos em idades variadas”. Nos demais tipos, o número médio de componentes é bem mais baixo, com destaque para os “outros tipos de família”, com média inferior a duas pessoas, em todas as regiões.

Além da redução do seu número médio de componentes, outra mudança marcante nas famílias metropolitanas estudadas refere-se à redução do percentual de famílias formadas por um “casal com filhos” e a expansão de outros tipos de arranjos familiares, particularmente aqueles formados por “mães e filhos” e os classificados como “outros tipos de família”. Trata-se de um fenômeno que, com intensidades variadas, ocorreu em todas as Regiões Metropolitanas. Ele traduz a aceleração do processo de diversificação dos modelos de família – ou de grupos domésticos – que acompanha o enfraquecimento do modelo mais tradicional, constituído em torno de um casal com a chefia masculina o qual, embora ainda majoritário, já representava, em 2004, menos de 60% das famílias na RMS (54,3%); na RMBH (59,6%) e na RMRJ (58,8%)².

² Esses percentuais são ainda menores se considerado que, por razões culturais ligadas à sobrevivência de valores patriarcais, mesmo em famílias onde a mulher é, efetivamente, a pessoa de referência, a chefia ainda é atribuída ao homem.

Nesse modelo de família, um tipo que ainda se encontra em expansão em todas as metrópoles é o “casal sem filhos”, fenômeno provavelmente associado ao novo padrão de fecundidade – adiamento do primeiro filho em função da carreira feminina, de dificuldades financeiras ou, simplesmente, a opção por não ter filhos e, também, à multiplicação de lares com casais de idosos, como resultado do envelhecimento da população.

Tabela 2. Famílias por tipo, Regiões Metropolitanas selecionadas, 1995-2004

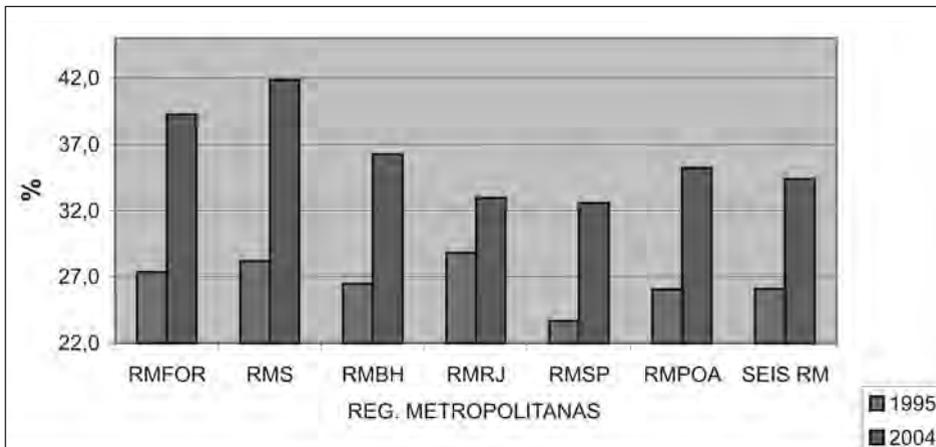
Tipos de família/Regiões Metropolitanas	%		Incremento
	1995	2004	%
Casal com ou sem filhos	67,8	61,4	31,7
Mãe com filhos	21,2	23,9	63,8
Outros tipos de famílias	10,9	14,7	96,4
RMFOR	100,0	100,0	191,9
Casal com ou sem filhos	62,6	54,3	22,6
Mãe com filhos	20,6	26,5	81,8
Outros tipos de famílias	16,8	19,2	62,3
RMS	100,0	100,0	166,7
Casal com ou sem filhos	66,7	59,6	31,0
Mãe com filhos	19,1	22,1	69,4
Outros tipos de famílias	14,2	18,3	89,8
RMBH	100,0	100,0	190,2
Casal com ou sem filhos	64,2	58,8	13,1
Mãe com filhos	18,4	19,7	32,4
Outros tipos de famílias	17,4	21,6	53,1
RMRJ	100,0	100,0	98,6
Casal com ou sem filhos	69,2	64,1	17,1
Mãe com filhos	16,1	19,8	55,7
Outros tipos de famílias	14,7	16,1	38,9
RMSP	100,0	100,0	111,7
Casal com ou sem filhos	67,7	62,6	24,9
Mãe com filhos	15,4	17,0	49,2
Outros tipos de famílias	16,8	20,4	63,5
RMPOA	100,0	100,0	137,6
Casal com ou sem filhos	66,9	61,2	19,2
Mãe com filhos	17,5	20,5	52,3
Outros tipos de famílias	15,5	18,3	53,9
AS SEIS REGIÕES	100,0	100,0	125,4

Fonte: IBGE/PNAD

Os tipos de família em expansão registram ritmos de crescimento distintos entre as regiões, mas a proporção de famílias formadas por “mães e filhos” cresce em todas as Regiões Metropolitanas, mas acentuadamente na RMS, onde já equivalia a mais de ¼ das famílias em 2004, e também na RMBH e na RMFOR.

Já os “outros tipos de família”, na classificação da PNAD, aumentaram a sua participação principalmente na RMF, na RMBH, na RMPOA e, também, na RMS. Esses “outros tipos”, em média com pequeno número de componentes, como visto, caracteriza-se pela significativa presença de chefias femininas – superior a 50% na RMRJ, RMSP e RMPOA e entre 45% e 49% nas outras regiões – e são arranjos que envolvem elevadas proporções de “outros parentes” – entre 20% e 30% dos seus integrantes –, percentuais que são muito superiores à média das famílias metropolitanas, onde a participação de “outros parentes” situa-se em torno de 5% do total de membros.

EXPANSÃO DA CHEFIA FEMININA



Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 1. Famílias chefiadas por mulheres, Regiões metropolitanas selecionadas, 1995-2004

Talvez uma das mais marcantes mudanças nas famílias metropolitanas reveladas pelos dados das PNAD seja o aumento – muito expressivo em algumas metrópoles – da proporção de famílias chefiadas por mulheres, um fenômeno que já vinha sendo observado há algum tempo e parece ter se

acentuado nos anos 90. Em 1995, em torno de $\frac{1}{4}$ das famílias metropolitanas estudadas tinham uma mulher como chefe ou pessoa de referência; em 2004, em todas as regiões, as mulheres já chefiavam mais de $\frac{1}{3}$ das famílias, sendo os percentuais mais elevados encontrados nas metrópoles nordestinas: RMS (41,8%) e Fortaleza (39,2%). A expansão da chefia feminina, além de indicar a intensidade das mudanças nos arranjos familiares, constitui uma das principais evidências da crise do modelo do homem provedor, manifesta claramente no contexto de desestruturação do mercado de trabalho.

AS FAMÍLIAS E OS RISCOS DO MERCADO DE TRABALHO

Na análise dos indicadores que permitem observar o impacto da reestruturação produtiva sobre os diversos tipos de família e sobre os seus componentes, é importante ressaltar algumas características do mercado de trabalho, fundamentais para essa discussão.

Assim, nunca é demais lembrar que o desemprego e os outros riscos do mercado de trabalho (precarização, baixa remuneração, insegurança no emprego) são estruturados, isto é, atingem desigualmente os trabalhadores em função de características como sexo, idade, escolaridade, cor, posição na família, etc. Esse fato vai repercutir sobre as famílias porque a sua composição (ou o perfil dos seus componentes) pode aumentar ou diminuir a sua exposição a esses riscos.

Em outras palavras, embora a atual reestruturação produtiva, diferentemente das crises anteriores, venha atingindo segmentos até então relativamente protegidos, o conhecimento já produzido sobre as mudanças no mercado de trabalho brasileiro na década de 90 mostra que, se nos seus primeiros momentos elas afetaram drasticamente trabalhadores da indústria – predominantemente homens adultos – (Cardoso, 2000), a partir desses ajustes iniciais a crise vem afetando de modo particularmente intenso indivíduos com algumas características, como os jovens de ambos os sexos (Pochmann, 1997; Borges, 2001), os menos escolarizados (Borges, 2003) e as mulheres (Borges e Guimarães, 2000, Bruschini e Lombradi, 2002; Lavinias, 2000).

Essas últimas, embora beneficiadas pela expansão de alguns dos seus nichos ocupacionais e, também, preferidas pelos empregadores para aqueles postos de trabalho que exigem comunicação com o público, disciplina, atenção, organização e outras competências consideradas “femininas” na

divisão sexual do trabalho vigente, continuam enfrentando dificuldades de inserção no mercado de trabalho, sobretudo quando muito jovens. Quando logram conseguir uma colocação elas tendem a ocupar postos de trabalho mal remunerados e sem possibilidades de carreira.

Desse modo, arcam com uma parte desproporcional do ônus da crise do mercado de trabalho aqueles arranjos familiares que apresentam uma proporção mais significativa de indivíduos pertencentes aos grupos mais expostos ao desemprego e ao trabalho precário e onde é menos expressivo ou ausente o perfil de trabalhador com melhor chance de inserção no mercado de trabalho – o homem adulto, maduro e experiente.

Para avaliar o grau de exposição das famílias das seis metrópoles selecionadas aos riscos do mercado de trabalho no período 1995-2004, foram utilizados três indicadores: 1) a proporção de famílias com pelo menos um dos seus membros em situação de desemprego; 2) a proporção de famílias com pelo menos um dos seus membros em emprego precário³, e 3) a proporção de famílias com pelo menos um dos seus membros em atividade por conta-própria precária⁴.

Esses indicadores foram calculados para os diversos tipos de família e os resultados evidenciam que os fenômenos do desemprego e da precarização são amplificados quando a análise se desloca dos indivíduos para as famílias, uma vez que, enquanto unidade de produção/coleta e de redistribuição de recursos para o atendimento das necessidades dos seus componentes, as famílias se constituem num fator de propagação tanto dos ganhos como das perdas dos seus integrantes no mercado de trabalho.

A importância da consideração dessa propagação na análise dos riscos do mercado de trabalho é evidente. O desemprego e o trabalho precário, embora sejam individuais, não dizem respeito apenas aos trabalhadores diretamente atingidos repercutindo, pelo contrário, sobre os outros espaços da sua vida social e, em particular, sobre a sua família. As suas conseqüências – sempre penosas e sofridas – serão mais ou menos graves em função da posição que este indivíduo ocupa na família e dos recursos, inclusive da força de trabalho de que ela (a família) dispõe.

³ Considerou-se como “emprego” precário as seguintes categorias de posição na ocupação: empregado sem carteira assinada; trabalhador doméstico (com ou sem carteira) e os trabalhadores não remunerados.

⁴ Assim considerados os conta-própria e os empregadores com rendimento mensal inferior a um salário mínimo.

Antes de analisar os resultados encontrados chama-se atenção para que as taxas de desemprego de precarização de cada região são o parâmetro que se tem para avaliar o grau de propagação do fenômeno sobre as respectivas famílias. E que as diferenças entre as regiões decorrem tanto das diferenças entre as respectivas estruturas econômicas como e suas transformações recentes como dos perfis de família predominantes em cada uma delas.

Finalmente, para facilitar a leitura dos dados, procedeu-se também a uma agregação dos diversos tipos de família da classificação da PNAD em três grandes grupos: “casal com ou sem filhos”; “mães e filhos” e “outros tipos de família”, o que permite visualizar mais facilmente a distribuição dos riscos do mercado de trabalho e observar em que medida eles tendem a se concentrar em alguns arranjos familiares.

No conjunto das seis Regiões Metropolitanas a taxa de desemprego aberto saltou de 8,1% para 13,2% entre 1995 e 2004 e o número de famílias com pelo menos um desempregado passou de 11,2% para 17,7%, o que significa que, para um incremento de apenas 30% no número total de famílias, ocorreu um incremento de 105% no número de famílias diretamente atingidas pelo fenômeno do desemprego (1.286 mil para 2.635 mil).

A comparação entre as regiões mostra que os maiores incrementos no número de famílias com desempregados ocorreram na RMS (182%), na RMBH (145%) e na RMSP (107,5%). Na RMS, em 2004, nada menos do que 27,5% das famílias vivenciavam o fenômeno do desemprego.

O fenômeno do desemprego e da sua propagação, pelo seu caráter estrutural, obviamente atingiu todos os tipos de família: em todas as regiões e em todos os arranjos familiares aumentou a proporção de famílias com desempregados, mas o tipo mais atingido foi aquele formado por “mães e filhos”. Entre 1995 e 2004, o número de famílias desse tipo com pelo menos uma pessoa desempregada aumentou em cerca de 260% em RMBH, 239% na RMS, 158% na RMSP e 138% na RMPOA, revelando a extrema vulnerabilidade deste tipo de família ao desemprego.

Em seguida, aparecem as famílias do tipo “casal com filhos com mais de 14 anos”, o que é coerente com a presença de jovens nesses arranjos e, também, as famílias do tipo “casal sem filhos”, neste caso, sobretudo na RMBH, RMRJ e RMSP.

Tabela 3. Famílias por tipo segundo presença de desempregados e trabalhadores em ocupações precárias, Regiões Metropolitanas selecionadas, 1995-2004

Família, tipo	Fam com desocupados		Famílias com empregados precários		Famílias com casa própria e/ou empregadores com <1sm	
	1995	2004	1995	2004	1995	2004
Casal com ou sem filhos	14,1	18,1	44,3	41,3	14,4	16,8
Mãe com filhos	16,5	18,4	37,9	35,1	10,7	12,4
Outros tipos de famílias	6,9	11,9	30,9	28,1	9,1	8,4
RMFOR	13,8	17,3	41,5	37,9	13,0	14,5
Casal com ou sem filhos	14,3	29,3	37,2	36,5	12,2	17,7
Mãe com filhos	17,2	34,0	37,8	38,2	11,4	15,7
Outros tipos de famílias	7,9	13,5	26,2	25,0	9,1	11,6
RMS	13,8	27,5	35,5	34,7	11,5	16,0
Casal com ou sem filhos	11,1	19,5	34,3	37,4	5,3	10,3
Mãe com filhos	13,6	22,6	38,2	38,5	6,1	8,5
Outros tipos de famílias	5,8	8,1	22,3	25,2	2,4	4,3
RMBH	10,9	18,1	33,4	35,4	5,0	8,8
Casal com ou sem filhos	9,7	15,5	26,6	27,7	5,1	7,5
Mãe com filhos	13,6	20,2	33,1	30,1	5,2	6,8
Outros tipos de famílias	5,5	6,3	15,0	15,6	2,1	4,0
RMRJ	9,7	14,4	25,8	25,6	4,6	6,6
Casal com ou sem filhos	11,9	20,3	27,8	33,4	2,9	4,9
Mãe com filhos	14,5	24,1	31,0	37,4	1,7	3,8
Outros tipos de famílias	7,8	9,1	19,1	22,3	1,2	3,3
RMSP	11,7	19,3	27,0	32,4	2,5	4,4
Casal com ou sem filhos	10,8	13,4	33,0	32,8	5,4	8,4
Mãe com filhos	15,9	18,2	32,0	32,8	4,2	8,7
Outros tipos de famílias	5,3	5,3	18,0	17,7	4,4	5,9
RMPOA	10,7	12,6	30,3	29,7	5,0	7,9
Casal com ou sem filhos	11,4	18,8	30,1	33,0	5,2	8,0
Mãe com filhos	14,6	22,9	33,4	35,2	4,7	7,2
Outros tipos de famílias	6,7	8,2	18,9	20,6	2,7	4,8
AS SEIS REGIÕES	11,2	17,7	28,9	31,2	4,7	7,2

Fonte: IBGE/PNAD

Assim, comparativamente às famílias formadas por casal com filhos menores e aos “outros tipos de família”, aquelas formadas por “mães e filhos” estão super representadas no estoque de desempregados (vis a vis o seu peso na PEA): entre ¼ e 1/3 do estoque de desempregados, a depender da região. As famílias formadas por casal também registram essa sobre representação, particularmente no caso das famílias com filhos em idade de trabalhar mas, nelas, a possibilidade de existir mais de um adulto no mercado

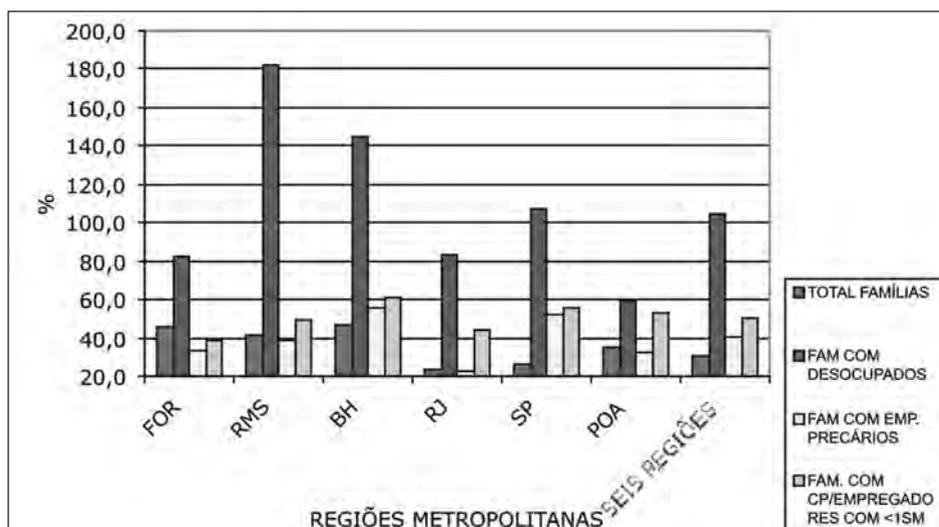


Gráfico 2. Incremento do número de famílias e das famílias com desocupados e ocupados precários, regiões selecionadas, 1995-2004

de trabalho – geralmente a mulher cônjuge ou outro parente – tende a contrabalançar o elevado desemprego juvenil (dos filhos).

Finalmente, as taxas de desemprego por tipo de família⁵ são coerentes com os resultados aqui apontados: elas são sistematicamente mais elevadas nas famílias com “mães e filhos” e, em segundo lugar, nas famílias formadas por casais com filhos em idade de trabalhar.

O impacto – em termos de propagação – do incremento da precarização dos vínculos sobre as famílias metropolitanas foi bem menos marcante do que aquele gerado pelo desemprego. Essa diferença pode ser facilmente explicada: o indicador de emprego precário capta um conjunto de ocupados que agrega, estruturalmente, contingentes muito elevados de trabalhadores em todas as metrópoles estudadas. Conseqüentemente, o número e o percentual de famílias que já convivia com este fenômeno é também estruturalmente alto.

Em segundo lugar, a expansão recente do emprego com carteira assinada – ainda que marcada pela baixa qualidade dos empregos e, principalmente, pelos baixíssimos salários⁶ – de algum modo parece estar

⁵ Proporção de desempregados na PEA de cada tipo de família.

⁶ Todo o emprego com carteira gerado no país entre 1995 e 2004 estava situado entre mais de ½ e cinco salários mínimos, e a classe modal (com mais de 100% do saldo do período) foi a de 1 a 2 SM.

freando a expansão dessa forma de inserção, que encontra obstáculos também no baixo ritmo de crescimento da economia, pois os empregados precarizados e os ocupados “sem remuneração” estão, em grande parte, nos pequenos negócios formais e informais, sem espaço para crescer no atual modelo econômico, como indicam os resultados das PNADs e da Pesquisa da Economia Informal Urbana, do IBGE.

Observe-se, porém, que a expansão mais lenta da precariedade não foi um fenômeno generalizado. Ele foi mais visível em Fortaleza – região beneficiada pela expansão do emprego no pós-real – e ocorreu também na RMS, RMPOA e RMRJ, onde os percentuais de famílias com trabalhadores precários mantiveram-se estáveis ou cresceram pouco. Mas a expansão da precariedade atingiu uma parcela crescente das famílias da RMBH e, sobretudo, da RMSP, cujo percentual de famílias com um ou mais dos seus integrantes num emprego precário já se aproximava, em 2004, daquele vigente na RMS, um dos mercados de trabalho metropolitanos mais precários do país.

É importante ressaltar também que apesar do pequeno recuo no percentual de famílias com trabalhadores em empregos precários esse percentual continua sendo muito elevado (entre 30 e 35% das famílias e 31,2% na média das seis regiões). E, mesmo em regiões onde essa proporção caiu um pouco, como em Fortaleza, Rio de Janeiro e Porto Alegre, ela aumentou entre as famílias formadas por “mães e filhos em idades variadas” evidenciando, mais uma vez, a fragilidade desses arranjos familiares e sua maior exposição aos riscos do mercado de trabalho.

O último indicador utilizado para avaliar o impacto da crise do mercado de trabalho sobre as famílias – a proporção de famílias com pelo menos um dos seus membros em ocupação autônoma precária – cresceu em todas as regiões. A opção por um limite de renda muito estreito – um salário mínimo – assegura a comparação entre as regiões mas, certamente, subestima muito o número de famílias que convivem com a inserção precária por conta-própria. Na média das seis Regiões Metropolitanas selecionadas, esse percentual passou de 4,7% para 7,2% e as proporções mais elevadas – 14,5% e 16%, em 2004 – como era de se esperar, são encontrados nas duas regiões nordestinas.

Ao contrário do desemprego e do emprego precário, que estão proporcionalmente mais presentes nas famílias formadas por “mães e filhos”,

a ocupação autônoma precária apresenta os seus percentuais mais elevados nas famílias formadas por casal com ou sem filhos, sinalizando talvez a degradação de uma das estratégias de inserção dos chefes de família do sexo masculino.

Porém, mesmo tendo uma presença menor nesse tipo de inserção, as famílias de “mães e filhos” registraram um aumento na proporção de membros em ocupações autônomas precárias entre 1995 e 2004, reafirmando a sua posição de arranjo familiar mais afetado pela atual crise do mercado de trabalho.

A DISTRIBUIÇÃO DOS RISCOS ENTRE OS MEMBROS DA FAMÍLIA

A distribuição desigual dos riscos do mercado de trabalho entre os membros das famílias aparece claramente nas taxas de desemprego, de ocupação e de atividade, embora esta última taxa seja fortemente influenciada também pela estrutura etária do grupo familiar e pela divisão sexual do trabalho no interior da família. Isto é, a taxa de atividade dos membros de uma família refletem as decisões do grupo doméstico quanto à participação de cada um no mundo da produção e nas atividades relacionadas com a reprodução, decisões estas que também são informadas pelas chances de inserção no mercado de cada um dos indivíduos em condições de trabalhar.

Entre 1995 e 2004, as famílias das regiões estudadas aumentaram a sua oferta de trabalho, elevando de 58% para 60,9% a sua taxa global de atividade. Essa elevação ocorreu em cinco das seis regiões (a exceção foi Fortaleza) e resultou de mudanças importantes na disponibilidade para o mercado de trabalho dos três principais grupos componentes das famílias: o chefe, o cônjuge e os filhos já que os peso relativo dos demais membros é pouco representativo⁷.

Em todas as regiões observou-se o fenômeno da queda na taxa de atividade do chefe ou pessoa de referência (de 78,2% para 74,4% na média das seis regiões), acompanhada, também em todas as metrópoles, pela expressiva elevação das taxas dos cônjuges (na média, 10 pontos percentuais – de 46,6% para 56,6%). Com menor intensidade e com a exceção de Fortaleza, ocorreu também o aumento da taxa de atividade dos filhos (45,4% para 49,9%, na média).

⁷ Em 2004, somados, eles representavam 4,9% da PEA, 4,6% dos ocupados e 6,6% dos desocupados, na média das seis regiões.

Ou seja, na crise do mercado de trabalho que acompanha a atual reestruturação produtiva, o capital, ao reestruturar a sua força de trabalho, vem impondo uma rápida e significativa reestruturação também dos arranjos familiares de inserção. Com o desemprego dos chefes – as suas taxas, embora entre as mais baixas subiram, na média das seis regiões, de 4,5% para 7,4% – os novos arranjos vão buscar incluir, cada vez mais, os segmentos de trabalhadores que tradicionalmente são tratados como força de trabalho secundária – mulheres (sobretudo as casadas e com filhos) e os jovens.

A inserção desses segmentos no mercado de trabalho, do ponto de vista da família, visa assegurar a sustentação do padrão de vida familiar, ameaçada pelo desemprego ou pela perda de rendimentos do chefe, mas resulta em boa medida, também, de motivações pessoais dos jovens e das mulheres cônjuges, para os quais a inserção (ou a permanência) no mercado de trabalho é, também, sinônimo de afirmação pessoal e de conquista de autonomia. No mercado de trabalho, a maior parte das mulheres e dos jovens, apesar de cada vez mais escolarizados, vão atender às novas demandas das empresas, consubstanciadas em postos de trabalho que tendem a ser flexíveis, precários, sem futuro e, quase generalizadamente, mal remunerados.

O esforço de adaptação das famílias metropolitanas às condições extremamente adversas do mercado de trabalho tem encontrado diversos obstáculos para ser bem-sucedido. Além dos membros das famílias com os seus atributos particulares, não serem intercambiáveis nesse mercado tornando incerta a recomposição da renda familiar com a simples substituição de um dos seus membros demitido por qualquer outro, a sustentação das elevadas taxas de desemprego e as baixas remunerações pagas pela maioria dos postos de trabalho hoje existentes no mercado, contribuem para reduzir, em muito, a eficácia dos arranjos de inserção construídos pelas famílias metropolitanas.

Desse modo, a rápida observação das taxas de desemprego segundo a posição na família mostra que a entrada dos filhos no mercado de trabalho vem se tornando um dos principais desafios colocados pela crise aos próprios jovens e às suas famílias. Em todas as Regiões Metropolitanas selecionadas, as taxas de desemprego dos filhos, além de excepcionalmente elevadas, registraram aumentos expressivos a partir de 1995 – na média, de 14,8% para 23,8% – mas em Salvador, por exemplo, saltou de 17,8% para 32,6%, e nas RMBH e RMRJ de cerca de 13% para 23%. Ou seja, os aumentos nas taxas de participação dos filhos têm se traduzido mais em desemprego do

Tabela 4. Taxas de atividade, ocupação e desocupação por posição na família, Regiões Metropolitanas selecionadas, 1995-2004

	Atividade		Desocupação		Ocupados/PEA	
	1995	2004	1995	2004	1995	2004
Pessoa de referência ou chefe	80,9	76,3	5,6	7,3	76,4	70,7
Cônjuge	52,2	56,5	7,8	11,4	48,1	50,0
Filho	45,4	41,5	17,0	24,6	37,7	31,3
RMFOR	60,1	58,1	9,3	13,1	54,5	50,5
Pessoa de referência ou chefe	81,0	79,1	5,4	11,6	76,6	69,9
Cônjuge	55,7	68,3	9,4	18,5	50,5	55,6
Filho	40,6	52,3	17,8	32,6	33,3	35,2
RMS	59,1	66,3	9,6	19,3	53,4	53,5
Pessoa de referência ou chefe	78,8	75,6	3,5	6,2	76,0	70,9
Cônjuge	49,1	62,5	6,0	10,6	46,1	55,9
Filho	46,7	54,0	12,7	22,2	40,7	42,0
RMBH	59,2	64,4	7,0	12,1	55,1	56,6
Pessoa de referência ou chefe	73,6	69,3	3,7	6,5	70,9	64,8
Cônjuge	42,6	51,3	7,7	11,8	39,3	45,2
Filho	44,4	46,6	13,9	22,7	38,2	36,1
RMRJ	54,9	56,6	7,5	11,9	50,7	49,9
Pessoa de referência ou chefe	79,7	75,9	4,9	8,0	75,9	69,8
Cônjuge	44,5	54,8	6,4	13,3	41,6	47,5
Filho	46,8	52,2	15,2	24,1	39,6	39,6
RMSP	58,4	61,7	8,4	14,0	53,5	53,0
Pessoa de referência ou chefe	80,9	76,0	4,4	5,2	77,3	72,1
Cônjuge	57,0	65,2	7,3	8,7	52,8	59,5
Filho	44,2	47,0	14,5	17,1	37,8	39,0
RMPOA	62,4	63,6	7,5	8,9	57,8	58,0
Pessoa de referência ou chefe	78,2	74,4	4,5	7,4	74,7	68,9
Cônjuge	46,6	56,6	7,1	12,4	43,3	49,6
Filho	45,4	49,9	14,8	23,8	38,7	38,0
SEIS REGIÕES	58,0	60,9	8,1	13,2	53,3	52,9

Fonte: IBGE/PNAD

que na sua inserção no rol dos ocupados, mantendo estável, para o conjunto das famílias das seis das regiões, o percentual de filhos ocupados (em torno de 38%), ainda que diferenças entre essas regiões sejam observadas.

A posição de cônjuge, ainda é majoritariamente ocupada pelas mulheres – 98,8% em 1995 e 92,2% em 2004, para o conjunto das seis regiões – também registrou uma elevação nas suas taxas de desemprego em todas as metrópoles estudadas (média de 7,1% para 12,4%) mas, apesar disso, também aumentou a proporção de cônjuges ocupados (de 43,3% em

1995 para 49,6% em 2004), sendo que em algumas regiões essa última proporção atingiu patamares bem mais elevados: 59,5% na RMPOA, e cerca de 56% nas Regiões Metropolitanas de BH e de Salvador.

Em conseqüência, a força de trabalho familiar (PEA) mudou a sua composição, o mesmo ocorrendo com os agregados dos ocupados e dos desocupados. Quantos aos ocupados, apesar da pressão das famílias para inserção dos filhos e cônjuges no mercado de trabalho, os chefes de família de ambos os sexos mantiveram inalterada a sua participação no estoque de ocupados – cerca de 50%, os cônjuges aumentaram a sua presença neste agregado de 19,7% em 1995 para 22,2% em 2004 e os filhos reduziram a sua participação de 24,5% para 22,7%, uma queda que certamente tem como principal determinante o elevado desemprego juvenil, mas que em alguns casos, certamente minoritários, pode ser reflexo da decisão familiar de assegurar a permanência dos filhos no sistema educacional por um período de tempo maior, para que eles possam obter os diplomas mais elevados e mais valorizados pelo mercado.

No estoque dos desocupados, os chefes de família respondem por 26,4% do total das seis Regiões Metropolitanas, os cônjuges por 20,6% e os filhos por nada menos que 46,4%, percentual que chega a ultrapassar os 50% em Belo Horizonte.

As conseqüências dessas mudanças na experiência vivenciada pelas famílias metropolitanas no mercado de trabalho aparecem também nas informações sobre os rendimentos familiares, os quais foram afetados simultaneamente pelas perdas salariais generalizadas trazidas pelo ajuste neoliberal, pelos patamares salariais estruturalmente rebaixados que integram o atual modelo de acumulação e pelo já referido crescimento do desemprego e da precariedade das ocupações.

O rendimento familiar per capita acumula perdas reais médias de 23,5% entre 1995 e 2004, sendo as perdas mais expressivas encontradas na RMSP e na RMS.

Quanto aos níveis de rendimentos familiares médios, as diferenças entre as Regiões Metropolitanas selecionadas são bastante significativas – espelhando as diferenças na estrutura econômica e nos níveis de desenvolvimento de cada uma delas – mas os tipos de família mais e menos vulneráveis em termos de acesso à renda são quase sempre os mesmos, em todas as áreas.

Tabela 5. Taxas de atividade, ocupação e desocupação por posição na família, Regiões Metropolitanas selecionadas, 1995-2004

	Atividade		Desocupação		Ocupados/PEA	
	1995	2004	1995	2004	1995	2004
Pessoa de referência ou chefe	80,9	76,3	5,6	7,3	76,4	70,7
Cônjuge	52,2	56,5	7,8	11,4	48,1	50,0
Filho	45,4	41,5	17,0	24,6	37,7	31,3
RMFOR	60,1	58,1	9,3	13,1	54,5	50,5
Pessoa de referência ou chefe	81,0	79,1	5,4	11,6	76,6	69,9
Cônjuge	55,7	68,3	9,4	18,5	50,5	55,6
Filho	40,6	52,3	17,8	32,6	33,3	35,2
RMS	59,1	66,3	9,6	19,3	53,4	53,5
Pessoa de referência ou chefe	78,8	75,6	3,5	6,2	76,0	70,9
Cônjuge	49,1	62,5	6,0	10,6	46,1	55,9
Filho	46,7	54,0	12,7	22,2	40,7	42,0
RMBH	59,2	64,4	7,0	12,1	55,1	56,6
Pessoa de referência ou chefe	73,6	69,3	3,7	6,5	70,9	64,8
Cônjuge	42,6	51,3	7,7	11,8	39,3	45,2
Filho	44,4	46,6	13,9	22,7	38,2	36,1
RMRJ	54,9	56,6	7,5	11,9	50,7	49,9
Pessoa de referência ou chefe	79,7	75,9	4,9	8,0	75,9	69,8
Cônjuge	44,5	54,8	6,4	13,3	41,6	47,5
Filho	46,8	52,2	15,2	24,1	39,6	39,6
RMSP	58,4	61,7	8,4	14,0	53,5	53,0
Pessoa de referência ou chefe	80,9	76,0	4,4	5,2	77,3	72,1
Cônjuge	57,0	65,2	7,3	8,7	52,8	59,5
Filho	44,2	47,0	14,5	17,1	37,8	39,0
RMPOA	62,4	63,6	7,5	8,9	57,8	58,0
REGMETRO						
Pessoa de referência ou chefe	78,2	74,4	4,5	7,4	74,7	68,9
Cônjuge	46,6	56,6	7,1	12,4	43,3	49,6
Filho	45,4	49,9	14,8	23,8	38,7	38,0
SEIS REGIÕES	58,0	60,9	8,1	13,2	53,3	52,9

Fonte: IBGE/PNAD

Nas seis Regiões Metropolitanas selecionadas, o “casal sem filhos” e os “outros tipos de família” são os arranjos que apresentam os rendimentos médios per capita mais elevados, apesar das perdas sofridas no período analisado. Numa posição intermediária encontram-se as famílias formadas por “casal com filhos de 14 anos ou mais” e aquelas com mães e filhos também nesta faixa de idade, isto é, famílias que podem dispor de maior número de membros para o mercado de trabalho, apesar do elevado

desemprego dos jovens, encontram-se menos vulneráveis do que aquelas com a presença de crianças menores e/ou com maior proporção de dependentes.

São essas últimas famílias que compõem os tipos “casal com filhos menores de 14 anos”, “casal com filhos em idades variadas” e os dois tipos equivalentes formados por “mães e filhos”, as que apresentam os rendimentos médios mais baixos. Ou seja, apesar de vários indicadores apontarem para a maior vulnerabilidade das famílias formadas por “mães e filhos”, as famílias baseadas em um casal também se revelam vulneráveis, o que chama a atenção para a importância da consideração do ciclo vital do grupo familiar na análise do seu grau de exposição aos riscos do mercado de trabalho (e de outros riscos sociais).

Finalmente, um último ponto a destacar nesta análise do impacto da reestruturação produtiva pós-Plano Real sobre as famílias metropolitanas é a consequência desses impactos sobre as relações intrafamiliares.

Como mostra a literatura, o conjunto de mudanças que ocorreram na economia capitalista nas últimas décadas e as transformações socioculturais e políticas que vêm alterando as relações de gênero e entre as gerações colocou em cheque o tipo tradicional de família, centrado na figura do chefe provedor do sexo masculino. A inviabilização do papel do chefe provedor foi acelerada na atual reestruturação produtiva e fica patente nas informações sobre a formação da renda familiar: entre 1995 e 2004 caiu de 58,9% para 49,9% a contribuição do chefe ou pessoa de referência do sexo masculino e, acompanhando o aumento do número de famílias com chefia feminina, as chefes mulheres aumentaram a sua contribuição para a massa de rendimentos das famílias metropolitanas de 11,3% para 16,9%.

Tabela 6. Distribuição da massa de rendimentos por posição na família e sexo, média das Regiões Metropolitanas selecionadas, 1995-2004

Pessoas	Massa salarial					
	1995			2004		
	Masculino	Feminino	TOTAL	Masculino	Feminino	Total
Pessoa de referência ou chefe	58,9	11,3	70,3	49,9	16,9	66,7
Cônjuge	0,6	13,4	14,0	2,6	14,6	17,2
Filho	7,7	4,7	12,4	7,0	5,2	12,2
MÉDIA DAS SEIS REGIÕES			100,0			100,0

Fonte: IBGE/PNAD

Os cônjuges de ambos os sexos também aumentaram a sua participação de 14% para 17,2%, mas deve ser observado que as mulheres cônjuges, apesar da sua crescente presença no mercado de trabalho, registraram apenas um pequeno incremento na sua parcela na massa salarial total em mãos das famílias (13,4% para 14,6%), o que mostra a baixa retribuição que têm encontrado no mercado de trabalho e, provavelmente, também indicando que uma parte das mulheres cônjuge tem as suas carreiras prejudicadas pela acumulação de responsabilidades no trabalho e na família e pela prioridade atribuída à carreira do marido (Barrère-Maurisson, 2000).

Finalmente, os filhos, apesar de pressionarem cada vez mais mercado de trabalho, frente ao elevado desemprego que enfrentam e os baixos salários ou rendimentos que conseguem auferir quando encontram uma ocupação, mantiveram inalterada, no período, a sua parcela de contribuição para o rendimento familiar: em média, apenas cerca de 12%, um percentual que é muito inferior, portanto à sua participação no rol dos ocupados (22,2% em 2004).

No cômputo final, o aporte masculino para a formação da massa salarial em posse das famílias caiu de 68,9% para 61,1% e a contribuição feminina subiu de 31,1% para 38,9%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, é fundamental ressaltar que os resultados da análise dos indicadores da PNAD reafirmam a centralidade a categoria trabalho, questionada pelos mais afoitos nos primeiros momentos da reestruturação, na medida em que eles evidenciam como as metamorfoses na esfera da produção vão repercutir sobre todas as demais esferas da vida social e o canal privilegiado dessa repercussão vai ser a esfera familiar, espaço da reprodução e o outro vetor estruturante da inserção dos indivíduos na sociedade, como mostrou Castel (Castel, 1998).

Além disso, os indicadores apresentados reafirmam que a atual crise traz elementos que contribuem para o questionamento da autoridade paterna (ou da chefia masculina) e, logo, das relações hierárquicas no contexto familiar. Observa-se, no entanto, que isso não está assegurado às mulheres uma retribuição compatível com o papel que elas hoje desempenham, tanto na esfera da produção como na da reprodução.

Por fim, chama-se a atenção para que os dados da PNAD aqui analisados fornecem elementos para problematizar as concepções de políticas sociais que vêm atribuindo um papel especial às famílias no enfrentamento das manifestações mais graves da questão social brasileira. Essas concepções parecem não se considerar a fragilidade dos arranjos familiares no atual contexto de crise do mercado de trabalho, fragilidade que certamente as tornam incapazes de funcionar como co-gestoras dessas políticas. Essa é uma discussão que interessa a toda a sociedade brasileira porque remete à proteção social oferecida pelo Estado brasileiro e à qualidade dessa proteção.

Mas ela interessa, particularmente, às mulheres, vítimas de uma valorização espúria no mercado de trabalho – que usa as suas competências, mas não as remunera dignamente, na maior parte das vezes; na família – onde agrega às históricas funções “do lar”, as de chefe de família sem ter, em contrapartida, a valorização social desses papéis e, finalmente, também nas políticas sociais que, abstraindo a carga de trabalho e de responsabilidade que hoje elas acumulam, vêm lhes delegando as funções de gestoras de dois tipos de transferências públicas: poucos recursos financeiros e os fardos adicionais gerados pelas políticas que, de várias maneiras, acabam levando à desinstitucionalização dos cuidados com os doentes, incapazes, e crianças pequenas, etc.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. Bacelar de. Fragmentação e isolamento do Nordeste no “anti-Plano de Metas”. *Jornal dos Economistas*, n. 103, 1997.

_____. Brasil nos anos noventa: opções estratégicas e dinâmica regional. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, p. 9-24, 2000.

ARRIAGADA, I. Familias latinoamericanas. *Diagnóstico y políticas públicas en los inicios del nuevo siglo*. Santiago de Chile: CEPAL, 2001. 55 p.

BARRÈRE-MAURISSON, M.A. *La división familiar del trabajo: la vie en doble*. Buenos Aires: COCINET, 2000.

BORGES, A. A inserção dos jovens baianos no mercado de trabalho nos anos 90. In: 10 ANOS do Estatuto da Criança e do Adolescente. Salvador: UNICEF, 2001. p. 55-69.

_____. *Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social: a Região Metropolitana de Salvador na década de 90*. 2003. 374 p. Tese

(Doutorado)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFBA, Salvador, 2003.

_____. Anotações sobre incorporação da variável família na análise da desestruturação do mercado de trabalho. In: CÔRTEZ, C.; ARAÚJO, M. C.; TARQUI, J. Z. *Família, relações socioculturais e políticas públicas*. Salvador: UCSal, 2005. p. 77-84.

_____; GUIMARÃES, I. A mulher e o mercado de trabalho nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de Salvador. In: ROCHA, M. I. B. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: Ed. 34, 2000. p. 111-138.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos Pagu*, n. 17/18, p. 157-196, 2001/2002.

CARDOSO, A. M. *Trabalhar, verbo transitivo: destinos profissionais dos deserdados da indústria*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: VOZES, 1998.

GOLDANI, A. M. Arranjos familiares no Brasil dos anos 90: proteção e vulnerabilidades. *Como Vai População Brasileira?*, v. 3, n. 3, p. 14-23, 1998.

_____. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 19, n. 1, p. 29-48, 2002.

GUIMARÃES NETO, L. Dinâmica recente das economias regionais brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, v. 9, n. 3, p. 24-37, 1995.

JATOBÁ, J. A família no mercado de trabalho: Brasil metropolitano 1978 - 1986. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1990.

KON, A. Considerações teóricas sobre a divisão sexual do trabalho na família: repercussões sobre o mercado de trabalho. In: SEMINÁRIO AS FAMÍLIAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL, 2005, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2005.

LAVINAS, L. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. In: ROCHA, M. I. B. *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: UNICAMP, 2000. p.139-159.

MONTALI, L. T. Família e trabalho: arranjos familiares na crise do início dos anos 80. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 1990.

_____. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 42, 2000.

_____. Relações familiares e trabalho feminino na Região Metropolitana de São Paulo na década de 90. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto: ABEP, 2002.

_____. Relação família-trabalho: reestruturação produtiva e desemprego. *São Paulo em Perspectiva*, v. 17, n. 2, p. 123-135, 2003.

_____. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2004.

OLIVEIRA, Z. A provisão da família e a pobreza: o caso de Belo Horizonte. In: SEMINÁRIO AS FAMÍLIAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL, 2005, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2005.

POCHMANN, M. Emprego e desemprego dos jovens no Brasil dos anos 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu: Associação Nacional de Estudos Populacionais, 1997.

SABÓIA, J. Descentralização industrial no Brasil dos anos 90: um processo dinâmico e diferenciado regionalmente. *Nova Economia*, v. 11, n. 2, p. 85-121, 2001.

SOUZA, M. M. Notas sobre família e políticas públicas na América latina. *Como Vai População Brasileira?*, v. 4, n. 1, p. 18-28, 1999.

TAVARES, H. M. Reestruturação econômica e as novas funções dos espaços metropolitanos. In: RIBEIRO, A. C. T. (Org.). *Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos, valores*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 89-104.

Resumo

A autora neste trabalho fala dos estudos que tratam da relação de mútua determinação entre as estruturas familiares e o mercado de trabalho, que tem como objetivo avaliar a distribuição dos principais riscos do mercado de trabalho entre os diversos tipos de família e entre os membros dessas famílias, em função da posição que nelas ocupam. Observa, também, em que medida as transformações recentes no mercado de trabalho estão induzindo mudanças na divisão sexual do trabalho na esfera da produção e na esfera da reprodução para, em seguida, extrair algumas conclusões sobre a centralidade das mudanças no mundo do trabalho e sobre as implicações, para a formulação de políticas sociais, das repercussões sobre as famílias da crise do mercado de trabalho. O estudo tomou como universo seis Regiões Metropolitanas: as de Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, e a de Porto Alegre, para os anos de 1995 e 2004, e os dados utilizados foram os da PNAD.

Abstract

In this article the author addresses the studies concerning the relation of mutual determination between the family structures and the labor market. It aims at evaluating the distribution of the main labor market risks among the different sorts of families and their members in relation to the position they occupy in them. She also shows in what level the recent transformation in the labor market is fostering changes in the gender division of work in the sphere of production and reproduction. Next, the author brings some conclusions concerning the centralization of the changes in the world of labor and the implications of the repercussions of the work market crisis on the families for the formulation of social policies. The universe of the study was composed by six metropolitan regions – Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, and Porto Alegre – and the data used were those from the National Household Sample Survey (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD) related to 1995 and 2004.

A Autora

ÂNGELA BORGES é doutora em Ciências Sociais, professora da Escola de Serviço Social, coordenadora do mestrado em Políticas Sociais e Cidadania (UCSal) e pesquisadora do Núcleo de Estudos do Trabalho (NET).

